

PARECER JURÍDICO N.º 286/2015.

ASSUNTO: Pregão Presencial n.º 055/2015

Em cumprimento ao comando do Parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/93, procedemos à análise do processo licitatório de Pregão Presencial n.º 055/2015 do tipo menor preço, qual indica a necessidade da aquisição de 21(vinte e uma) unidades de fitas modelo DAT 160 (DDs6) 4mm (80/160 GB), 170 m, bem como 15 (quinze) películas protetoras de vidro temperado, 15 (quinze) carregadores veiculares modelo com duas entrada USB e 15 (quinze) capas dobráveis na cor preta para tablets Samsung modelo Galaxy Tab E SM- T116 BU, conforme descrição contida no presente processo administrativo.

Identifica-se dos autos que a necessidade da aquisição, está expressa através do Memorando Interno, expedido pela Divisão de Informática, datado de 17/09/2015.

Em atendimento ao disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93, a minuta do Edital foi devidamente examinada, aprovada e chancelada pela Assessoria Jurídica da COCEL, nos termos do Parecer Jurídico n.º 267/2015, conforme fls. 14.

O Aviso de Licitação foi publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná (fls. 33), no Diário Oficial de Campo Largo (fls. 34) e no Jornal Folha de Campo Largo (fls. 35), publicações estas realizadas na data de 09/10/2015.

O Edital completo da presente licitação foi disponibilizado, gratuitamente, no "site" de licitações da COCEL, bem como registrado no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na data de 09/10/2015, às fls. 36, conforme determina a Instrução Normativa n.º 37/2009.

Art. 2º O mural das Licitações Municipais será constituído por informações transmitidas pelos órgãos e entidades de Administração Pública Municipal, nos seguintes prazos:

I – No mínimo, até 7 (sete) dias úteis antes do início da data prevista, no Edital ou outro instrumento convocatório, para a abertura do certame licitatório, de quaisquer das modalidades: convite, tomada de

preços, concorrência, concurso, leilão e pregões presencial e eletrônico, e inclusive as licitações realizadas mediante Sistema de Registro de Preços.

Verifica-se dos autos a suficiente abrangência publicitária da licitação, com ampla divulgação do certame.

O ato de designação da função de Pregoeiro da Cotel (Portaria n.º 001/2015) encontra-se devidamente juntada ao processo licitatório, às fls. 40.

A modalidade de licitação adotada neste caso foi o pregão presencial, sendo adotado o critério do menor preço global por item. Avaliando o certame realizado não identificamos afronta aos princípios da economicidade e competitividade, uma vez que se pretende obter uma maior eficiência administrativa no gerenciamento dos contratos de fornecimento.

Importa salientar que o Anexo I – Termo de Referência fixou o critério de aceitabilidade dos preços unitários da proposta, ainda que fixado como critério de julgamento o menor valor global. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu dessa forma. Veja-se:

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO - IMPUGNAÇÃO DO EDITAL - DECADÊNCIA - COMPATIBILIDADE COM A EXIGÊNCIA DE PREÇOS UNITÁRIOS E COM O VALOR GLOBAL. 1. A partir da publicação do edital de licitação, nasce o direito de impugná-lo, direito que se esvai com a aceitação das regras do certame, consumando-se a decadência (divergência na Corte, com aceitação da tese da decadência pela 2ª Turma - RMS 10.847/MA). 2. A licitação da modalidade menor preço compatibiliza-se com a exigência de preços unitários em sintonia com o valor global - arts. 40, 44, 45 e 48 da Lei 8.666/93. 3. Previsão legal de segurança para a Administração quanto à especificação dos preços unitários, que devem ser exequíveis com os valores de mercado, tendo como limite o valor global. 4. Recurso improvido. (RMS 15051/RS, DJ de 18.11.2002).

A abertura dos envelopes contendo as propostas foi realizada em sessão pública às 09 horas do dia 26 de outubro de 2015, na sede da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, conforme Ata às fls. 74/75, o qual se verifica a participação de 01 (um) proponente:

• **COMÉRCIO DE COMPUTADORES NEW WORD.**

Procedida à abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preço e realizada a oferta de lances, durante a fase de habilitação obteve-se o resultado abaixo descrito, o qual após verificada a aceitabilidade da proposta e de sua habilitação, o Pregoeiro culminou por julgar vencedora da presente licitação a seguinte empresa:

Lote único	Preço máximo	Preço ofertado	Valor total item	Licitante
Item 01	R\$ 144,33	R\$ 143,00	R\$ 3.003,00	COMÉRCIO DE COMPUTADORES NEW WORD
Item 02	R\$ 87,66	R\$ 85,00	R\$ 1.275,00	COMÉRCIO DE COMPUTADORES NEW WORD
Item 03	R\$ 23,83	R\$ 23,00	R\$ 345,00	COMÉRCIO DE COMPUTADORES NEW WORD
Total Lote Único	R\$ 4.703,50	R\$ 4.623,00		COMÉRCIO DE COMPUTADORES NEW WORD

Considerando a realização do Pregão com um participante, torna-se oportuno citar o recente julgado proferido pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através do Acórdão nº 2197/11. Vejamos sua ementa:

CONSULTA. LICITAÇÃO. PREGÃO. NÚMERO MÍNIMO DE LICITANTES.

Destaca-se da análise do julgado, a regularidade procedimental do pregão, sendo desnecessário o estabelecimento de número mínimo de participantes em licitações pela modalidade ora analisada. Vejamos o valoroso Voto:

“2. Fundamentação

2.1. Preliminares

Considerando-se que a apresentação de somente um licitante configura indício, mas não evidência, de que a competitividade da licitação teria restado em alguma proporção prejudicada, realizou-se a ora combatida determinação. Note-se que o Tribunal não entendeu serem tais irregularidades bastantes para a anulação do contrato, nem que o comparecimento de apenas um licitante constitui qualquer tipo de óbice à contratação (TCU: Acórdão 1316/2010 — Primeira Câmara, DOU de 19/03/2010).

Em verdade, como a lei não fixou um número mínimo vislumbra-se como possível juridicamente que a lei municipal assim estabelecesse em homenagem ao princípio da competitividade. No entanto, como referenciado pela DCM há que se atentar pelos possíveis reflexos danosos de tal estipulação nas contratações públicas, eis que "se trata de uma decisão que possui 'via de mão dupla', pois ao se tentar remediar a falta de participantes legitimando uma licitação com número reduzido de licitantes, em contrapartida está se restringindo o poder de decisão da Administração em face das circunstâncias do caso concreto" (Instrução nº 987/11, fls. 3).

Atente-se que a estrutura procedimento do pregão, na forma preconizada pela Lei nº 10.520/02, possui como uma de suas principais características a celeridade procedimental, apenas conseguida com a concentração de atos na sessão pública, com a inversão de fases do procedimento e com a unificação da fase recursal. Tal celeridade, imanente ao pregão, poderia ser sensivelmente afetada com a fixação de número mínimo de licitantes, em quaisquer parâmetros que sejam. Ademais, subsiste para a Administração a possibilidade de revogar a licitação se deparar com apenas um único licitante com proposta em valor dissonante do mercado, como faculta o art. 49 da Lei nº 8.666/93, aplicável subsidiariamente como autoriza o art. 9º da Lei nº 10.520/02. Aliás, o próprio Superior Tribunal de Justiça encampa tal procedimento:

"O Poder Público pode revogar o processo licitatório quando comprovado que os preços oferecidos eram superiores ao do mercado, em nome do interesse público" (STJ, RMS 30481/RJ, 1ªT, Min. Denise Arruda, DJE 02/12/2009).

Destarte, embora não seja necessário o estabelecimento de número mínimo de participantes em licitações na modalidade de pregão, não haveria óbice legal para tanto.

Assim, não se faz necessário o estabelecimento de número mínimo de participantes em licitações na modalidade de pregão, pois a Lei nº 10.520/02 já possui procedimento próprio ao deslinde de licitação com apenas um único licitante."

Quanto à publicação do resultado do julgamento da proposta, identifica-se que a Administração Pública, quando do exercício da função administrativa, encontra-se submetida ao princípio da legalidade, consagrado no *caput* do art. 37 da Constituição da República. Por conta disso, aplica-se ao caso, subsidiariamente, a norma legal contida no § 1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem: (...)

§ 1º. A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "e", deste artigo, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo, para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em

que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata. (grifo nosso)

Ou seja, de acordo com a inteligência do dispositivo acima, nos casos das decisões referentes aos procedimentos licitatórios, se presentes os prepostos dos licitantes neste momento, a comunicação poderá ser feita diretamente aos interessados e lavrada a ata.

Como se vê, a regra é a de que a ciência dos atos mencionados no § 1º do art. 109 seja realizada pela imprensa oficial, de modo que, apenas se estiverem presentes todos os licitantes (ou prepostos desses) no momento em que for tomada a decisão é que a intimação poderá ser considerada como realizada na própria sessão.


No caso do pregão presencial, então, é possível concluir que, se na sessão estiverem presentes todos os licitantes (ou devidamente representados), a Administração não precisará providenciar a publicação da decisão na imprensa oficial, podendo ser feita a intimação pessoal do resultado da licitação.

Revela-se inegável que a finalidade da publicidade foi atingida, proporcionando amplo acesso e interesse no objeto ora licitado, bem como a efetivação da compra abaixo do valor estimado.

Pela apreciação dos atos e termos do presente procedimento, verifico que os mesmos encontram-se revestidos das formalidades legais consubstanciadas na Lei n.º 10.520/02, bem como pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Devido ao exposto, opino que o presente procedimento licitatório, sob o aspecto legal, está em condições de ser homologado.

Campo Largo, 26 de outubro de 2015.


Otavio Dias Pereira Junior
OAB/PR 28.139

*Partido o Parecer
Sumário em anexo
C. 4 28/10/15*
